

# Fundo para proteção dos animais selvagens contra exploração de lítio no Gerês

22 de Abril, 2019

O Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS) manifestou ontem o seu “repúdio e oposição” à eventual prospeção e exploração de lítio nas serras de Peneda e do Soajo, no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), conta a Lusa.

Em comunicado, a estrutura que representa as organizações não governamentais de ambiente do conselho estratégico do Parque Nacional da Peneda-Gerês manifesta a sua “enorme perplexidade e preocupação face a uma eventual atribuição de direitos de prospeção e exploração de lítio e outros minerais nas serras da Peneda e Soajo”.

O FAPAS solicita ao Governo e à Direção-Geral de Energia e Geologia “que todo e qualquer pedido de atribuição de direitos de prospeção de depósitos minerais na área denominada Fojo”, que abrange os concelhos de Monção, Melgaço e Arcos de Valdevez, “seja indeferido”.

Apela ainda ao ministro do Ambiente, Matos Fernandes, e aos autarcas dos três municípios abrangidos para que intervenham “no sentido de impedir toda e qualquer movimentação no terreno, desde logo a abertura de novos acessos”.

Segundo a organização, o perímetro definido para prospeção “confina com os limites do Parque Nacional da Peneda-Gerês” e “integra parcialmente a Rede Natura 2000 e os vestígios glaciários do vale do rio Vez”.

Além disso, “é território de reprodução de duas alcateias de lobo ibérico, espécie legalmente protegida e das águias-reais, que, desde o ano 2000, o Parque Natural do Baixo-Límia-Serra do Xurés – confinante com PNPG – tenta fazer regressar à região transfronteiriça”.

O perímetro abrange ainda “toda a paisagem envolvente da aldeia de Sistelo, já reconhecida pelo Estado Português como Paisagem Cultural de Sistelo e de várias brandas antigas, testemunhos de uma ocupação humana e do património rural, que se impõe também preservar”, defende o FAPAS.

“O FAPAS manifesta o seu veemente repúdio e oposição a esta pretensão que, a concretizar-se, constituiria um grave atentado contra um património natural e rural nacional – e de todo o noroeste peninsular – de inegável valor e um rude golpe no desenvolvimento económico do Alto Minho”, pode ler-se no comunicado.